



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental

Processo nº 1370.01.0022446/2022-87

Governador Valadares, 03 de junho de 2022.

Procedência: Despacho nº 168/2022/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA

Destinatário(s): Fabrício de Souza Ribeiro - Superintendente Regional da SUPRAM
Leste Mineiro

Assunto: SUGESTÃO DE ARQUIVAMENTO DO PA SLA N.º 1312/2022 - ICE MINERAÇÃO
LTDA.

DESPACHO

Empreendedor: ICE MINERAÇÃO LTDA.	CPF/CNPJ: 10.243.793/0001-23
Empreendimento: ICE MINERAÇÃO LTDA.	CPF/CNPJ: 10.243.793/0001-23
Processo Administrativo: P.A. de LOC nº 1312/2022 (SLA)	Município: MUTUM/MG
Assunto: Sugestão de arquivamento de Processo Administrativo de LOC	
Senhor Superintendente Regional,	
Trata-se de pedido formalizado com o nº 1312/2022, na data de 25/03/2022, por meio da plataforma eletrônica SLA (solicitação nº 2022.03.01.003.0002786), sob a rubrica de Licença de Operação Corretiva (LAC-1), pelo empreendimento ICE MINERAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 10.243.793/0001-23), para a <u>ampliação</u> das atividades descritas como (i) "lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento" (código A-02-06-2 da DN COPAM nº 217/2017), para uma produção bruta de <u>60.000 m³/ano</u> , (ii) "pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos" (código A-05-04-6 da DN COPAM nº 217/2017), em uma área útil de <u>3,314 ha</u> , e (iii) "estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários" (código A-05-05-3 da DN COPAM nº 217/2017), numa extensão de <u>0,45 Km</u> , todas em empreendimento localizado no Córrego da Areia Branca ou Mata Fria, s/n, Distrito de Imbiruçu, CEP 36.955-000, zona rural do Município de Mutum/MG (processo ANM nº 832.303/1996), conforme se extrai dos estudos ambientais	

apresentados e do Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – CADU.

Informou o empreendedor, no âmbito SLA, que a ampliação se daria com fulcro no Processo Administrativo de LAS/RAS nº 4863/2021, Certificado nº 4863, com validade até 15/02/2032. Declinou, ainda, as atividades principais do empreendimento já regularizadas ambientalmente, a saber, (i) “*lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento*” (código A-02-06-2 da DN COPAM nº 217/2017), para uma produção bruta de 6.000 m³/ano, (ii) “*pilhas de rejeito/estéril*” (código A-05-04-5 da DN COPAM nº 217/2017), em uma área útil de 1 ha, e (iii) “*estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários*” (código A-05-05-3 da DN COPAM nº 217/2017), numa extensão de 0,45 Km.

Análise documental preliminar realizada sob o prisma eminentemente jurídico nas datas de 04 e 05/04/2022, com o encaminhamento das sugestões de solicitações de informações complementares às chefias imediatas via *e-mail* institucional para conhecimento e ulterior cadastramento no SLA em consonância com as diretrizes da Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2019.

Nada obstante, o empreendedor/empreendimento solicitou o **arquivamento** do Processo Administrativo de LOC nº 1312/2022 (SLA), na data de 17/05/2022, sob a justificativa de que “*existe uma inconsistência de informação quanto aos valores lançados em termos de volume de produção e área de depósito de rejeito*” (sic), motivo por que “*será feita uma nova caracterização para fazer a correção em relação a estas informações*” (sic). Declinou que “*tal procedimento se faz necessário para a melhor instrução técnica/jurídica do processo de licenciamento do empreendimento*” (sic), consoante se infere no Id. 46653755, respectivo ao Processo SEI 1370.01.0022446/2022-87.

O pedido de extinção processual encontra-se firmado pelo procurador outorgado, Sr. LEONIDAS JOSE RIBEIRO GARCIA, regularmente constituído pelo sócio administrador da empresa, Sr. ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA ELEUTERIO, conforme se infere das cópias digitais dos atos constitutivos da empresa e do instrumento de mandato outorgado na data de 23/10/2019 (anexados ao SLA no CADU), cuja procuração se encontra vigente, já que possui prazo validade indeterminado.

De fato, “*o interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado, ou, ainda, renunciar a direito, em manifestação escrita*” (art. 49 da Lei Estadual nº 14.184/2002).

Calha ressaltar que a Instrução de Serviço SISEMA nº 05/2017 estabelece, dentre outros, procedimentos gerais para a operacionalização do arquivamento de processos de regularização ambiental, notadamente quando constatada a ocorrência de uma das hipóteses de arquivamento, sem análise do mérito, previstas na referida Instrução de Serviço, quais sejam: **desistência do processo de regularização ambiental**, resistência injustificada ao atendimento de informações complementares solicitadas pelo órgão ambiental ou não pagamento de custos de análise.

E a “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*” (art. 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002).

Não se olvida, também, das regras previstas no art. 33, inciso I e parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a citar:

Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I – a requerimento do empreendedor; (...)

Parágrafo único – o arquivamento dos processos de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental deverá ser realizado pela unidade competente por sua análise.

Por conseguinte, o arquivamento do Processo Administrativo de LOC nº 1312/2022 (SLA) é medida que se impõe, visto que o empreendedor manifestou, expressa e formalmente, a sua desistência quanto ao prosseguimento da pretensão de regularização ambiental na forma delineada nos respectivos autos eletrônicos sob a afirmação de inconsistências na caracterização do empreendimento (Id. 46653755, respectivo ao Processo SEI 1370.01.0022446/2022-87).

Não incidem, na hipótese, as determinações contidas no art. 16, § 3º, da DN COPAM nº 217/2017, à minguia de intervenções ambientais e/ou requerimentos de outorga pendentes de análise e cuja finalidade de uso esteja diretamente relacionada à atividade objeto do licenciamento.

Disposições finais:

Diante do exposto, servimo-nos da presente Papeleta de Despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de **arquivamento** do Processo Administrativo de LOC nº 1312/2022 (SLA), formalizado pelo empreendedor ICE MINERAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 10.243.793/0001-23), na data de 25/03/2022, para a ampliação das atividades descritas como (i) *“lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento”* (código A-02-06-2 da DN COPAM nº 217/2017), para uma produção bruta de 60.000 m³/ano, (ii) *“pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos”* (código A-05-04-6 da DN COPAM nº 217/2017), em uma área útil de 3,314 ha, e (iii) *“estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários”* (código A-05-05-3 da DN COPAM nº 217/2017), numa extensão de 0,45 Km, todas em empreendimento localizado no Córrego da Areia Branca ou Mata Fria, s/n, Distrito de Imbiruçu, CEP 36.955-000, zona rural do Município de Mutum/MG (processo ANM nº 832.303/1996), **a pedido do empreendedor** (desistência do processo de regularização ambiental), nos termos do art. 33, inciso I e parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.383/2018 c/c arts. 49 e 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002 c/c as disposições da Instrução de Serviço SISEMA nº 05/2017 delineadas neste ato administrativo.

Consigna-se que, uma vez arquivado, o processo de licenciamento ambiental só poderá ser desarquivado por decisão administrativa que deferir eventual recurso interposto pelo empreendedor ou por autotutela administrativa, assegurado o direito do requerente em formalizar novo processo, desde que não implique reaproveitamento ou restituição dos custos referentes ao processo arquivado (art. 34 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 c/c § 6º do art. 26 da DN COPAM nº 217/2017 c/c Instruções de Serviço SISEMA nº 06/2019 e 02/2021).

No tocante aos custos de análise processual, incidem, a partir de 29/03/2018, os valores tabelados pela Lei Estadual nº 22.796, de 28/12/2017. E, conforme orientação da Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2019, a identificação do pagamento dos respectivos custos referentes à formalização processual é realizada de forma automática por meio da integração do SLA ao *webservice* de consulta da SEF/MG, visto que o julgamento e a eventual emissão da respectiva licença ambiental pela autoridade decisória competente ficam condicionados à quitação integral das despesas pertinentes ao requerimento apresentado, nos termos do art. 34 da DN COPAM nº 217/2017 e arts. 20 e 21 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

No caso, o empreendedor/empreendimento apresentou no âmbito do P.A. de LOC nº 1312/2022 (SLA) a Certidão Simplificada emitida pela JUCEMG na data de 22/06/2021, comprovando a sua condição de microempresa, motivo pelo qual faz jus à isenção do ônus da indenização dos custos de análise processual, conforme preconizado na alínea “b” do inciso XX do art. 91 da Lei Estadual nº 6.763, de 26/12/1975 e suas alterações.

Registra-se que a manifestação aqui contida visa nortear na escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a autoridade competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar.

Nada obstante o histórico de regularização do empreendimento (Processo Administrativo de

LAS/RAS nº 4863/2021), conforme se extrai do histórico desta papeleta sugestiva de extinção processual, promove-se a exposição de motivos à autoridade decisória competente para eventual avaliação ou juízo de valor acerca da necessidade de encaminhamento de dados do Processo Administrativo em referência à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental (DFISC/LM) para nova fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017 e em atendimento ao Memorando SEMAD/SURAM nº 219/2022 (Id. 43280306, SEI).

Oportunamente, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Apoio Operacional da SUPRAM/LM para adoção das medidas cabíveis.

É a nossa manifestação opinativa[1], *sub censura*.

À deliberação da autoridade decisória competente.

[1] Parecer AGE/MG nº 16.056, de 21 de novembro de 2018: (...) 48. **O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo** a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas de orientação ao gestor na tomada de decisões.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Fiorio Zanon, Servidor(a) Público(a)**, em 03/06/2022, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira, Diretor(a)**, em 03/06/2022, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique de Oliveira Pereira, Servidor(a) Público(a)**, em 03/06/2022, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laudo Jose Carvalho de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 03/06/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nascimento de Aquino Iasbik, Diretor(a)**, em 03/06/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47638526** e o código CRC **40C9BC4E**.